

# Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa

Lúcia da Costa Ferreira \*

Artigo

## 1 Introdução

A forte disseminação das pesquisas científicas da área ambiental para o público consumidor de bens culturais atento à qualidade ambiental e à sustentabilidade no uso de recursos naturais promoveu um *boom* no número de pesquisadores e projetos que focalizam, direta ou tangencialmente, as divergências de opiniões, interesses, e metas sociais e coletivas que emergem quando se considera a atuação da sociedade sobre os sistemas naturais. Com o foco das atenções de *policy makers*, consumidores e pesquisadores sobre os processos decisórios relacionados à resolução dos problemas ambientais, de um modo geral, principalmente após as opções atuais pela participação da sociedade no planejamento público, a compreensão dos conflitos sociais passou a ser fundamental.

Essa disseminação certamente positiva levou em contrapartida a uma banalização exagerada do conceito, que perdeu toda sua força como categoria explicativa. Talvez por estarem na constituição de problemas ambientais, misturaram-se os termos da equação: abandonada a dimensão analítica, conflito e problema foram confundidos como sinônimos.

Por estas características históricas do debate científico e político na área ambiental, há uma ampla gama de abordagens e linhas de pesquisa que tratam de conflitos na atualidade. Um exemplo estimulante e curioso do ponto de vista intelectual é a

---

\* Doutora, professora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais/Nepam da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. E-mail: [luciacf@unicamp.br](mailto:luciacf@unicamp.br)

coletânea editada por John Knight em 2000 *Natural enemies: people – wildlife conflicts in anthropological perspective*, na qual são analisados desde conflitos circunscritos à ordem simbólica<sup>1</sup> até aqueles de natureza eminentemente política<sup>2</sup>, em um considerável feixe de possibilidades temáticas e conceituais.

No entanto, ou talvez por isso mesmo, serão tratados aqui brevemente apenas dois modelos conceituais que dialogam entre si, em um debate intelectual que se renova desde meados do século XX<sup>3</sup>, sobre as relações possíveis entre Conflito, Integração e Diferenciação, mas que continua atual e tem influência central nas linhas de pesquisa e nas políticas públicas para a área ambiental na atualidade. Estas duas orientações na teoria dos conflitos são denominadas por Vayrynen (1991) *conflict transformation* e *conflict resolution*.

Assim, tendo em vista estas considerações, pretende-se aqui empreender brevemente uma incursão pelo estado-da-arte dos estudos sobre conflitos sociais que estão na base do uso dos recursos naturais, buscando compreender os padrões e as clivagens que caracterizam as opções recentes por modelos de análise dos processos de mudança social que envolvem a dimensão ambiental.

Sem pretender esgotar esta proposição nem promover um mergulho profundo nas discussões conceituais, sem tampouco abdicar do rigor científico, serão tecidos alguns comentários sobre opções analíticas e linhas de pesquisa no Brasil, em contraponto com suas filiações no debate internacional para contribuir na compreensão de fenômenos atuais.

<sup>1</sup> Um bom exemplo: “Half-man, half-elephant: shapeshifting among the Baka of Congo”, de Axel Köhler.

<sup>2</sup> Nesse caso, merece destaque: “Ducks out water: nature conservation as boundary maintenance”, de Kay Milton.

<sup>3</sup> Uma boa síntese desde debate, que expõe a clivagem entre orientações marxistas, neo-marxistas, funcionalistas e neoparsonianas na análise da mudança social no pós-II Guerra está na *Social change and modernity*, editada por Haferkamp e Smelser e publicada pela University of California Press em 1992. Merecem destaque os capítulos “Two interpretations of contemporary social change”, de Touraine, e “Durkheim’s problem and differentiation theory today”, de Alexander, pois representam releituras de Parsons influenciadas pelas duas grandes orientações teóricas.

Este artigo foi dividido em dois itens em que são expostos os pressupostos da clivagem conceitual e analítica, e seus rebatimentos nas pesquisas em curso; sendo no primeiro elaborada uma primeira sistematização de dois dos principais modelos teóricos que sustentam as pesquisas, e no segundo item, uma primeira incursão sobre o cenário das pesquisas no Brasil e seus possíveis desdobramentos. À guisa de conclusão, foram traçadas algumas considerações finais, tendo em vista o caráter inicial da iniciativa aqui levada a cabo.

## 2 Dois modelos conceituais e as orientações de pesquisa mais frequentes

Tendo por base as categorias propostas por Vayrynen (1991), podem-se diferenciar sistematicamente duas grandes filiações teóricas nas abordagens de conflitos na literatura das Ciências Sociais de um modo geral: a) os conflitos são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores das mudanças; sendo o consenso apenas uma contingência, não há possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito; e b) os conflitos são distúrbios na ordem de sistemas sociais que solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para neutralizá-los ou mitigá-los; sendo considerados uma contingência negativa em um sistema equilibrado, as análises e conseqüentes intervenções levam em consideração o grau de desvio a partir de algum estado original considerado ótimo.

Aqui merecem menção algumas características da pesquisa interdisciplinar produzida no interstício do debate entre as Ciências Sociais e Biológicas de um modo geral e, mais especificamente, entre Sociologia, Antropologia e Ecologia, que se baseia nas afinidades teóricas a essas duas grandes abordagens<sup>4</sup>. Nesse caso, a clivagem se dá entre: a) as abordagens históricas e evolutivas; e b) as sistêmicas e situacionais. Os modelos conceituais co-

---

<sup>4</sup> Para uma crítica à abordagem evolutiva e defesa da sistêmica, ver: MacGrath (1997). Para compreensão do debate entre as Ciências Humanas e Biológicas com filiação evolutiva, ver: Ferreira, Ferreira, Joly (2005).

locados em debate baseiam-se fortemente, no primeiro caso, na categoria tempo e em metodologias definidas a partir das noções de história e processo; no segundo caso, os modelos conceituais baseiam-se na categoria espaço e em metodologias definidas a partir da necessidade de compreensão dos grandes ciclos que mantêm a biosfera, em um *continuum*, cuja situação ótima é o equilíbrio dinâmico entre suas partes constituintes.

Do ponto de vista do foco analítico, a primeira abordagem privilegia mudanças ambientais produzidas pela ação humana, em diversas escalas temporais e em áreas geográficas delimitadas, e predominam os modelos explicativos relacionados à idéia de que qualquer sistema, ecológico ou social, se define por interações tensionadas entre elementos divergentes. Nessa perspectiva, a harmonia e o equilíbrio seriam mera contingência. A segunda abordagem privilegia, por sua vez, a integridade dos sistemas ecológicos que mantêm a biosfera como um megassistema global e a produtividade dos recursos naturais que sustentam a população humana ou, em outros termos, nos serviços ecossistêmicos para a sociedade como um todo<sup>5</sup>.

Na área ambiental, essas questões teóricas formais e fenomênicas mais gerais produziram uma clivagem na pesquisa sobre conflitos sociais e coletivos, organizando os pesquisadores em dois grandes grupos: 1) aquele que agrega especialmente cientistas sociais que investem no poder explicativo da teoria geral dos conflitos, compreendendo-os como categoria explicativa da mudança; 2) aquele que agrega pesquisadores de formação diversa, cuja proposta de pesquisa centra-se em outros objetos, mas enfrentam dilemas empíricos de situações concretas conflitivas em seus trabalhos de campo (Ferreira, 2004).

Para chegar-se a esta sistematização, foi de grande importância a contribuição de Isabel Carvalho e Gabriela Scotto, que organizaram a coletânea Conflitos socioambientais no Brasil (1995), que representou uma visão panorâmica dos problemas ambientais brasileiros e das causas que orientavam sua compreensão.

---

<sup>5</sup> Ver ainda: Wilson (1994); Myers (1990); Lovelock (1988).

Esses estudos se sustentavam na premissa, também proposta por Dean (1995), de que a ocupação do território brasileiro destinou áreas de alta importância biológica a múltiplos usos, cuja classificação abrangia desde demandas definidas por economias comunitárias até aquelas representadas por grandes empreendimentos de implantação e expansão urbanas e industriais, seja de uso direto (setor madeireiro, de essências, alimentício, construção civil e turismo), seja indireto (instalação/expansão de parques industriais, de infra-estrutura, como portos, estradas, hidrelétricas e serviços).

Apesar de esse período se caracterizar preferencialmente por estudos de caso ou por região ou área<sup>6</sup>, a maior contribuição da produção nesse estágio inicial foi registrar um processo em que a formação de demandas sociais por qualidade ambiental e a organização de cidadãos para reivindicá-la como direito fizeram com que os sistemas naturais adquirissem estatura de reivindicação política, criando solo fértil para que, nos anos 1970 nos EUA e em alguns países da Europa, e nos anos de 1980 no Brasil e em outros países da América Latina, houvesse a manifestação generalizada de conflitos coletivos em sociedades, cujos sistemas político e institucional não estavam organizados para responder a eles (Ferreira, 1993, 1996; Carvalho e Scotto, 1995; Guivant, 1998).

Evidentemente, nessa fase inicial dos estudos e pesquisas, o conteúdo empírico da realidade fenomênica ultrapassava preocupações teóricas mais formais, e a maioria dos especialistas dessa fase não se filiava à linha que investe no conflito como categoria explicativa da mudança. Por outro lado, esses profissionais

<sup>6</sup> Entre os anos 1980 e 1990, houve uma proliferação intensa de estudos empíricos, fortemente influenciados pelas pesquisas delimitadas por área geográfica ou regiões, que se expandiram inicialmente no Estados Unidos e depois pelo mundo, no período posterior à II Guerra Mundial, agregando, em equipes interdisciplinares, cientistas sociais e naturais para se debruçar sobre áreas geográficas dotadas de suposta coerência ecológica, cultural e histórica, com o objetivo de descrevê-las sob uma perspectiva multidimensional (Comissão Gulbenkian, 1996). Esses estudos eram, por definição, multidisciplinares, mas de qualquer forma houve grande fertilização recíproca a partir dessa experiência. Para maior detalhamento desses aspectos, ver especialmente: Ferreira (2000); Ferreira, Ferreira, Joly (2005).

produziram as condições adequadas às estimativas e abordagens teóricas subseqüentes, uma vez que investiram no substrato empírico necessário para os avanços no debate em curso.

De resto, cabe registrar uma mudança de enfoque nas Ciências Sociais do Ambiente já em sua fase de consolidação, posterior aos meados dos anos 1990, uma vez que ela foi fundamental para as orientações teóricas e empíricas que orientam o debate atual sobre conflitos: de uma forte primazia no ator, visando a compreender suas características sociais, políticas e culturais, e as condições históricas para sua emergência, o foco de análise a partir de então se dirigiu para os processos e dinâmicas interativas que constituem a ação, invertendo a lógica unidimensional para uma perspectiva relacional de análise<sup>7</sup>. Segundo Ferreira (no prelo: 13-14), a ênfase nessa área migrou da “[...]busca inglória por um ator preferencial de mudança social na ordem econômica e ambiental[...]” para uma preocupação com “[...]a dimensão da ação humana sobre as mudanças ambientais”.

### 3 O cenário brasileiro, suas premissas e seus desdobramentos

Na realidade, uma das questões centrais que tem orientado as pesquisas e reflexões na área ambiental durante as últimas décadas do século XX, independente de sua filiação teórica, e que tem sido constantemente reformulada e recolocada, é como e por que se dá a formação de grupos sociais para atuar em relação à questão ambiental, e qual sua influência sobre a mudança social em direção à conservação e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais?

Seria possível registrar ainda algumas questões derivadas dessas preocupações centrais, formuladas ao redor dos seguintes contextos: quais são esses grupos, e como se caracterizam social e politicamente? Quais suas motivações e objeti-

---

<sup>7</sup> Para compreender tais mudanças teórico-metodológicas em nível internacional, ver: Buttel (1996). Para as influências no debate brasileiro, ver: Ferreira, Leila C. (no prelo).

vos? Quais seus modos de ação e estratégias? Como se caracteriza a relação entre eles? As agregações se dariam preferencialmente através do conflito ou da cooperação? Há um projeto social que os agregue? Em caso afirmativo, seu formato preferencial seria o de movimentos sociais ou grupos de pressão? Enfim, que tipo de mudança essas organizações sociais e políticas têm como meta, e qual de fato promovem? Certamente, o pano de fundo dessas indagações envolve algumas questões caras às Ciências Sociais contemporâneas sobre permanência ou mudança, sistema ou contingência.

No Brasil, essas pesquisas descreveram operacionalmente uma situação em que os programas de conservação ou de recuperação dos sistemas naturais foram sendo concebidos e implantados em um contexto no qual a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em confronto com os moradores de áreas sob proteção legal, ou impactadas por grandes empreendimentos, ou ainda consumidores dos serviços dos ecossistemas a serem recuperados. Propostas de conservação ou recuperação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de várias arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos, e principalmente, os atingidos pelas políticas públicas, ou pequenos consumidores de recursos ou serviços ambientais, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (Ferreira *et al.*, 2002).

Diante dessas indagações gerais e tendo em vista a clivagem teórica mais ampla no debate sobre conflitos relacionados ao uso de recursos naturais, merecem destaque algumas linhas de pesquisa no Brasil.

Quanto ao grupo que agrega os cientistas sociais que compreendem os conflitos como categoria explicativa da mudança, seria possível empreender uma subdivisão, mais pedagógica que analítica, entre: a) ambiente rural; b) ambiente urbano; c) dinâmicas entre ambientes rurais e urbanos; e d) pela quantidade e especificidade da produção, a Amazônia.

Os principais líderes de pesquisa nessas subcategorias são: a) Júlia Guivant, que lidera um grupo de grande impacto, cujo enfoque são conflitos entre leigos e especialistas em situações de risco no meio rural (Guivant, 1998, 1999; Guivant *et al.*, 2005); b) merece destaque o trabalho pioneiro do grupo liderado por Regina Pacheco sobre conflitos em questões ambientais urbanas (Pacheco *et al.*, 1992); Pedro Jacobi, com vasta pesquisa sobre participação política e ambiente urbano, principalmente relativa à disposição final de resíduos, saneamento e outros elementos importantes da agenda de populações de baixa renda na região metropolitana de São Paulo (Jacobi, 1995); Mário Fuks, que enfoca seus desdobramentos jurídicos no Estado do Rio de Janeiro (Fuks, 1997); Henri Acselrad e Selene Herculano têm agregado pesquisadores em torno do debate sobre Justiça Ambiental<sup>8</sup> (Acselrad, Herculano, Pádua, 2004); mais recentemente, Ângela Alonso foi responsável por uma linha de conflitos ambientais na metrópole paulistana junto ao Cebrap (Costa, Alonso, Tomioka, 2001; Alonso e Costa, 2002); c) a linha de pesquisa liderada por mim, com pesquisas em áreas urbanas e rurais com interesse para a conservação de ecossistemas e biomas (Ferreira, 1993, 1996, 2002, 2004); d) nos estudos sobre conflitos na Amazônia, merecem menção pelo menos Neide Esterci e Philippe Léna sobre conflitos ligados a dinâmicas predatórias (Esterci, 2002; Esterci, Léna, Lima, 2003); Ennio Barretto Filho, sobre antropologia de conflitos ligados a áreas protegidas (Barretto Filho, 2002)<sup>9</sup>.

O segundo grupo de referência agrega pesquisadores de formação diversa, cuja proposta de pesquisa centra-se em outros objetos, mas enfrentam dilemas empíricos de situações concretas conflitivas em seus trabalhos de campo. Suas principais contribuições abordam o conflito como resultado da interferên-

<sup>8</sup> Vale mencionar os capítulos do livro editado por ambos em colaboração com José A. Pádua: Acselrad (2004). “Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas”; Vainer (2004). “Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil”; Contreras (2004). “Águas contaminadas na região metropolitana de São Paulo”; Herculano (2004). “A cidade dos meninos e o caso de contaminação por HCH”.

<sup>9</sup> Vale mencionar aqui a influência nessas pesquisas de: Schmink, Wood (1992).

cia ou do rearranjo organizacional de grupos sociais considerados homogêneos. Nessa linha, há uma larga, porém desigual, produção sobre pequenos usuários de recursos naturais, sejam populações humanas em parques, sejam assentados em áreas de mananciais, ou em outras áreas de interesse ambiental para a conservação, a sustentabilidade ou a recuperação ambientais. Nesses estudos, geralmente encontra-se um item sobre conflitos sociais, por forte constatação empírica, mas sem filiação analítica às abordagens anteriores. Vale mencionar Antônio Carlos Diegues (1996), cujas reflexões sobre a tensão entre modernidade e tradição em comunidades caiçaras e caboclas têm alcançado um estatuto quase paradigmático.

Há ainda longa lista de pesquisas aplicadas sobre gestão participativa de recursos naturais, que têm influência significativa sobre políticas públicas e organizações não-governamentais, uma vez que se debruçam sobre os mecanismos preferenciais de mediação de conflitos. Vale mencionar a colaboração de Paulo Freire Vieira e Jacques Weber (Vieira, Weber, 1997) sobre gestão de recursos naturais à luz das discussões de Ignacy Sachs (1997) sobre desenvolvimento sustentável. Outro trabalho importante sobre resolução de conflitos é de Agripa Alexandre (2004), que enfoca as relações entre ambientalistas e o Ministério Público em Santa Catarina.

#### 4 Considerações finais

Apesar desta breve incursão sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa, já é possível apontar pelo menos alguns padrões e tendências manifestadas através dos resultados alcançados pela longa e desigual produção brasileira sobre conflitos relacionados ao uso de recursos naturais. Do ponto de vista teórico-metodológico, há um forte predomínio de abordagens híbridas, caracterizadas pelo cruzamento de diferentes escalas de análise, caminhando do cotidiano à história, através do cruzamento de métodos de análise situacional (Gluckman, 1958; Ostrom, 1990; 1994) e análise de processos próxima aos construtivistas (Hanigan, 1997; Yearley, 1996).

Os principais resultados apontados também demonstram algum padrão quando se aproximam de algumas constatações:

a) há definitivamente no Brasil uma arena especificamente ambiental, orientada pelo processo decisório que estabelece normas e regras de utilização de recursos; b) a conservação e a sustentabilidade são parte de um projeto socialmente construído através da tensão entre interesses, interpretações e escolhas tornadas públicas nas diversas arenas estabelecidas nos níveis local, nacional e internacional; c) há hoje uma interação, conflituosa ou não, mas certamente intensa, entre grupos sociais diversos e diversificados, o que tem aspectos muito positivos e outros preocupantes.

De qualquer modo, graças à intensa colonização sofrida pelas linhas de pesquisa sobre conflitos pela urgência imposta por fenômenos sociais, as tendências esperadas apontam para uma convicção cada vez maior de que a contingência e o sistema influenciam-se mutuamente e na mesma intensidade, e que a teoria e a pesquisa empírica alimentam-se mutuamente e na mesma medida.

## 5 Bibliografia

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e cidadania**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. In ACSELRAD, HERCULANO, PÁDUA. 2004. **Justiça ambiental e cidadania**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

ALEXANDE, A. **Políticas de resolução de conflitos socioambientais no Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

ALEXANDER, J. Durkheim's problem and differentiation theory today. In HAFERKAMP, H. e SMELSER, N. J. (Ed). **Social change and Modernity**. Califórnia: University of Califórnia Press, 1992.

ALONSO, A. COSTA, V. Para uma sociologia dos conflitos ambientais. In ALIMONDA (Ed). **Ecologia política: natureza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO/FAPERJ/Asdi, 2002.

BARRETTO FILHO, H. T. Preenchendo o buraco da rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. **Boletim da Rede Amazônia Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais**. 1 (1): 45-49, 2002.

BUTTEL, F. Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis. **Rural Sociology Society**, Institute for Environmental Studies, University of Illinois, 61 (1), 1996.

COSTA, S.; ALONSO, A.; TOMIOKA, S. **Modernização negociada: expansão viária e riscos ambientais no Brasil**. Brasília: Edições Ibama, 2001.

COMISSÃO GULBENKIAN. **Para abrir as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

CONTRERAS, 2004. Águas contaminadas na região metropolitana de São Paulo. In: ACSELRAD, HERCULANO, PÁDUA. **Justiça ambiental e cidadania**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, I. e SCOTTO, G (Org.). **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphos/IBASE/Fundação Heinrich-Böll-Istifung, 1995.

DEAN, W. **With broadax and firebrand: the destruction of the brazilian atlantic forest**. Berkeley: University of California Press, 1995.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada: populações tradicionais em Unidades de Conservação**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

ESTERCI, N.; LÉNA, P.; LIMA, D. Dinâmicas predatórias e projeto socioambiental. **Boletim Rede Amazônia**, 2 (1): 3-5, 2003.

ESTERCI, N. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia Brasileira. **Boletim da Rede Amazônia**. Ano 1: 51-64, 2002.

FERREIRA, Leila C. (no prelo). Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil.

FERREIRA, Leila C.; FERREIRA, Lúcia C. Águas revoltas: um balanço provisório da Sociologia Ambiental no Brasil. **Bib. ANPOCS**. Nº. 54, 20. semestre: 83-100, 2002.

FERREIRA, Lúcia C. **Os fantasmas do vale**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **A floresta intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, Campinas.

- \_\_\_\_\_. **Debates socioambientais**. CEDEC. Ano 5, nº. 13. São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. 2000. Importância da interdisciplinaridade para a sociedade. In: Philippi, A, Hogan, D. (Eds.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.
- \_\_\_\_\_. *et al.* Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Idéias**. 8(2): 115-150, 2002.
- \_\_\_\_\_. Dimensões humanas da biodiversidade. **Ambiente & Sociedade**. 7(1): 5-29, 2004.
- FERREIRA, Lúcia C.; FERREIRA, Leila C.; JOLY, C. A. (2005). **Uma dentre várias interdisciplinaridades**. <http://www.nepam.unicamp.br/doutorado>. Campinas.
- GLUCKMAN, M. **Custom and conflict in Africa**. Oxford: Basil Blackwell, 1996.
- GUIVANT, J. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Revista Ambiente e Sociedade**. 1(2), 1998.
- \_\_\_\_\_. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **BIB**, nº. 46, 1999.
- GUIVANT, J.; SCHEIBE, L. F.; ASSMANN, S. J. (Org). **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005.
- HAFERKAMP, H. e SMELSER, N. J. (Eds). **Social change and Modernity**. Califórnia: University of California Press, 1992.
- HANNINGAN, J. **Environmental Sociology: a social constructionist perspective**. 2. ed. London and New York: Routledge, 1997.
- HERCULANO, A cidade dos meninos e o caso de contaminação por HCH. In: ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA. 2004. **Justiça Ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- JACOBI, P. Conflito ambiental urbano. In: IBASE. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

- KNIGHT, J. (Ed.). **Natural enemies: people – wildlife conflicts** in anthropological perspective. London and New York: Routledge, 2000.
- KÖHLER, A. 2000. Half-man, half-elephant: shapeshifting among the Baka of Congo. In: KNIGHT, J. (Ed.). **Natural enemies: people – wildlife conflicts** in anthropological perspective. London and New York: Routledge, 2000.
- LOVELOCK, J. **The ages of Gaia**. New York: Bantam Books, 1998.
- MACGRATH, D. Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, T. **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**. Belém: Editora da UFPA/NAEA, 1997.
- MILTON, K. 2000. Ducks out water: nature conservation as boundary maintenance. In: KNIGHT, J. (Ed.) **Natural enemies: people – wildlife conflicts** in anthropological perspective. London and New York: Routledge, 2000.
- MYERS, N. The biodiversity challenge: expanded hot spot analyses. **Environmentalists**. 10(4):243-256, 1990.
- OSTROM, E. **Governing the commons**. The evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. GARDNER, R., and WALKER, J. **Rules, games and comom-pool resources**. Michigan, Michigan Press, 1994.
- SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. In: VIEIRA, P.F. e WEBER, J. (Org). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1997.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. **Consted frontiers in Amazonia**. Columbia: Columbia University Press, 1992.
- PACHECO, R.; LOUREIRO, M. R.; FINGERMANN, H.; AMARAL, H. K.; MACDOWELL, S. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. **Espaço e Debates**. Nº 35, 1992.
- PHILIPPI, A.; HOGAN, D. (Eds.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.

TOURAINE, A. Two interpretations of contemporary social change. In: HAFERKAMP, H. e SMELSER, N. J. (Ed). **Social change and Modernity**. California: University of California Press, 1992.

VAINER, C. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA. **Justiça Ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VAYRYNEN, R. (Ed.). **New directions in conflict theory: conflict resolution and conflict transformation**. London: Newbury Park Sage, 1991.

VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Org). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1997.

WILSON, E. O. **Diversidade da vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

YEARLEY, S. **Sociology, environmentalism and globalization**. London: Sage, 1996.